

Eleições no Zimbabué



No passado dia 31 de Março o partido de Robert Mugabe (ZANU-PF) venceu as eleições com uma maioria de dois terços, prolongando assim o seu mandato por mais cinco anos. O resultado deste escrutínio, mais favorável para o ZANU-PF do que o das eleições de 2002, foi contestado pelo partido da oposição – O Movimento para a Mudança Democrática (Movement for Democratic Change- MDC), que ganhou por larga margem na capital, Harare. Os representantes do MDC alegam que a disparidade que se verifica entre os resultados das zonas urbanas e das zonas rurais se deve às irregularidades cometidas pelo partido vencedor durante o processo eleitoral, nomeadamente através de agressões a partidários do MDC nas províncias de Mashonaland, Matebeleland e Manicaland; de manipulação de dados; eleitores pressionados e afastados das urnas, etc. Uma Comissão de Observadores Nacionais Independentes argumenta que a eleição foi conduzida num ambiente de medo, desafiando os princípios democráticos de um escrutínio livre e justo, definidos pelas organizações regionais das quais o Zimbabué faz parte. Contudo, a União Africana, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Governo da África do Sul, cujas Missões de Observação Eleitoral foram autorizadas pelo governo zimbabueano, declararam as eleições livres e justas.

A vitória do Zanu-PF, especialmente com uma maioria tão expressiva, possibilitará a introdução de alterações à Constituição, que se prevê poderem vir reforçar o poder de actuação do partido, especialmente dos governadores regionais, relativamente à questão da terra. A reforma de distribuição das terras agrícolas levada a cabo por Mugabe desde a independência, em 1980, assentou, numa primeira fase, num sistema de "*willing seller/willing buyer*", em que o Estado oferecia uma compensação monetária, correspondente ao valor de mercado da terra, ao produtor expropriado. No entanto, nos últimos anos e numa tentativa de acelerar o processo – o objectivo seria adquirir 90% das terras até 2002 –, a reforma tem-se traduzido essencialmente na ocupação forçada, e muitas vezes violenta, de grandes explorações agrícolas.

A má gestão da política de redistribuição da terra provocou quebras graves na produção agrícola, mergulhou o país numa crise económica profunda (segundo o FMI, a economia zimbabueana contraiu-se em 40% entre 1999 e 2003) e exacerbou conflitos internos ao criar uma nova elite de proprietários favorecida pelo partido. Aliado à questão da posse e ocupação das terras agrícolas, o contínuo desrespeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos levou a que, em 2002, o país fosse suspenso da Commonwealth e sancionado pela União Europeia. As medidas restritivas impostas à elite política, como o congelamento de todos os bens e não emissão de vistos de entrada no espaço da União Europeia, contribuíram para a suspensão da realização da II Cimeira Euro-Africana, agendada para 2003.

Neste momento, a falta de uma resposta firme dos países vizinhos, especialmente da África do Sul, ao problema do Zimbabué, coloca em risco as relações entre países africanos e doadores/investidores – saliente-se que o próprio programa e objectivos para África delineados pelo G8, sob a presidência do Reino Unido, poderão estar comprometidos –, bem como o sucesso da Nova

Parceria Económica para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) e das relações Europa-África.

[Notícias](#)

[Documentos Oficiais](#)

[Papers e Relatórios](#)

[Mapas e Informação Geográfica](#)

[Links úteis](#)